

BOLETIM 254

Brasília, 24 de novembro de 2016



Dados da CNI mostram nova queda da atividade da indústria da construção em outubro

A atividade e o emprego na indústria da construção tiveram uma queda maior em outubro, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice de nível de atividade divulgado nesta quarta-feira (23) atingiu 40 pontos no mês passado frente a 41,5 pontos em setembro.

E o indicador do número de empregados assinalou 37,7 pontos ante 39,7 pontos em setembro.

Segundo a entidade, para o setor voltar a crescer, é necessário estabilizar a economia, consolidar a confiança e retomar o investimento.

A CNI acredita que esse quadro mantém empresários pessimistas e menos propensos a investir em novembro.

A pesquisa da CNI mostra ainda que a ociosidade do setor continua elevada e a operação está abaixo do usual há diversos meses.

CAGED - O Ministério do Trabalho divulga, nesta quinta-feira (24), os resultados de outubro de 2016 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os dados estarão disponíveis, a partir das 16h, no endereço <http://pdet.mte.gov.br/caged>.

As dúvidas serão esclarecidas por telefone ou por e-mail pelo coordenador-geral de Estatística do Ministério do Trabalho, Mário Magalhães.

Fonte: EBC/MT

Renan busca consenso para proposta de terceirização

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu nesta quarta-feira (23) o senador Paulo Paim (PT-RS) e representantes de centrais sindicais. Eles pediram que Renan interceda junto ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que não seja votado em Plenário o Projeto de Lei 4302/1998, que prevê a regulamentação do trabalho terceirizado no setor privado e que tramita em regime de urgência.

Outro projeto aprovado na Câmara e já em tramitação no Senado, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, trouxe emenda que permite a terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado. O senador Paim é relator da



proposta na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil) e é contrário à terceirização na chamada atividade-fim. Além disso, o Supremo Tribunal Federal decidirá sobre conceito de atividade-fim na terceirização.

A reunião com Renan foi uma tentativa de buscar consenso em torno do tema. O presidente afirmou que vai procurar a presidente do STF, Carmem Lúcia, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para o entendimento.

— Estamos num cenário de competição entre poderes e isso tem que evoluir. Temos que conversar e criar um relatório minimamente consensual — disse Renan. Com informações da Assessoria da Presidência.

Fonte: Agência Senado

Paulo Paim diz que apresentará relatório sobre terceirização na próxima quarta

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que na próxima quarta-feira (30) vai apresentar o relatório sobre o projeto que regulamenta a terceirização de mão de obra. O PLC 30/2015 já foi aprovado na Câmara dos Deputados e aguarda exame na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.

Paim lembrou que há quase 14 milhões de pessoas contratadas neste tipo de relação trabalhista. Ele afirmou que seu relatório não prevê

a possibilidade de terceirização de mão de obra nas atividades-fim.

- É exatamente isso que o meu relatório apresenta. Garantindo o que a gente chama de uma segurança jurídica para empregado e empregador - disse o senador.

Paulo Paim também manifestou novas preocupações com as notícias sobre a reforma da Previdência a ser encaminhada ao Congresso Nacional até o final do ano. Ele disse temer que os trabalhadores "paguem uma conta que não é deles".

Entre as questões que considera mais graves, Paim citou a idade mínima de 70 anos para aposentadoria e a desvinculação entre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios sociais.

Fonte: Agência Senado

STF começa a julgar lei que proibiu uso do amianto na construção civil

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta quarta-feira (23) a constitucionalidade de uma lei da cidade de São Paulo que proibiu o uso do amianto na construção civil. Na sessão desta tarde, somente o ministro Edson Fachin, relator da ação, proferiu voto a favor da validade da norma. Em seguida, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Não há previsão para o processo retornar à pauta da Corte.

A ação foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei municipal 13.113/2001, que vetou o

uso de materiais e equipamentos da construção civil constituídos de amianto.

Durante o julgamento, o advogado Marcelo Ribeiro, representante da confederação, disse que o município de São Paulo não poderia legislar sobre a proibição do amianto por tratar-se de matéria de competência privativa da União.

Em sua sustentação, Ribeiro também minimizou os efeitos da substância. “Não há contato nenhum dos funcionários com pó de amianto. Há fiscalização permanente para fazer a medição de 0.1 de fibra de amianto no ar. Estados Unidos e Alemanha usam amianto. Todos os prédios que eu morei tinham telha de amianto. Que eu saiba, eu não estou doente”, disse.

O procurador do município de São Paulo e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a lei e disse que todos os tipos de amianto são cancerígenos, conforme apontam normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo ele, não há dúvidas de que o "amianto traz malefícios profundos".

Durante sua sustentação, Cardozo citou o caso de um trabalhador de uma empresa fabricante de amianto que perdeu um pulmão e entrou com pedido de indenização na Justiça.

Amianto - O amianto é uma fibra mineral usada na fabricação de telhas e demais produtos. Apesar dos benefícios da substância para a economia nacional – geração de empregos, exportação, barateamento de materiais de construção -, estudos comprovam que a substância é cancerígena e causa danos ao meio ambiente.

Apesar de relatos de danos à saúde de trabalhadores da área, uma lei federal de 1995 permite o uso controlado do amianto do tipo crisotila, proibindo as demais variações da fibra.

Fonte: Agência Brasil



Dias Toffoli pede vista, suspende julgamento e indústria do amianto ganha mais tempo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli pediu vista nesta quarta-feira (23) no julgamento da constitucionalidade de leis estaduais e municipais que proíbem a utilização do amianto no ambiente de trabalho. Com isso, a decisão que pode vir a proibir o uso e comercialização de produtos à base de amianto em todo o território nacional fica adiada até o início do ano que vem.

Para a auditora do trabalho aposentada e ativista pelo banimento do amianto Fernanda Giannasi, o pedido de Toffoli favorece a indústria. “Não é possível que ele tenha de estudar mais um assunto que vem sendo discutido há anos. Ou ele é realmente muito ignorante ou está mal intencionado”, disse. “Ao adiar mais uma vez o julgamento, o Supremo mantém a licença para matar concedida à indústria do amianto.”

Isso porque, segundo ela, se forem consideradas inconstitucionais essas leis regionais, por "usurparem" a legislação federal, que permite o uso, o comércio segue em todo o país.



Estão em julgamento no STF ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra leis de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, pela proibição. Ao todo, há leis semelhantes em sete estados, mas dentro de cada um há municípios com leis iguais ou contrárias, o que aumenta ainda mais a insegurança jurídica.

No Brasil, o amianto é proibido em sete estados. No estado de São Paulo, proíbem o uso a Lei 12.684/2007, de autoria do deputado Marcos Martins (PT). Já na capital, a Lei 13.113/2001, do então vereador Antonio Goulart, hoje deputado federal pelo PSD.

O julgamento é importante porque pode proibir o mineral – ação que há mais de 30 anos une especialistas e militantes em defesa da saúde dos trabalhadores, segundo alerta Martins em carta endereçada aos ministros do STF.

Atualmente, 69 países já baniram definitivamente o uso do amianto, seguindo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com o advogado Mauro de Azevedo Menezes, que representa a Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (Abrea) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) no julgamento do STF, a organização estima que 125 milhões de trabalhadores em todo o mundo estão expostos ao material e que mais de 107 mil trabalhadores morrem por ano em decorrência de doenças relacionadas à exposição.

Fonte: Rede Brasil Atual

Senado conclui primeiro turno de discussão da PEC do Teto de Gastos Públicos

O Senado fez, nesta quarta-feira (23), a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2016, que institui o teto de gastos públicos para os próximos 20 anos. A matéria agora está pronta para ser votada na sessão da próxima terça-feira (29).

Os senadores da oposição foram maioria no Plenário com a exposição de argumentos contrários a proposta e apresentação de emendas. Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a crise econômica que o país enfrenta não levará 20 anos. Segundo ela, quando ocorrer a eventual recuperação, o poder público estará limitado pela PEC de fazer investimentos nos setores essenciais e nos programas sociais.

Paulo Paim (PT-RS) também entende que as desigualdades no Brasil poderão se aprofundar. Para o senador, a PEC 55 beneficiaria somente os banqueiros, com prejuízo para os trabalhadores e sem acabar com a inflação. Ele pediu ao Plenário que atenda as manifestações da sociedade civil organizada que rejeita a proposta.

Na base do governo, apenas o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) se manifestou. Ele frisou que o poder público deve limitar as suas despesas à sua receita e defendeu a responsabilidade do Parlamento na formulação do orçamento e nas contas públicas.

Fonte: Agência Senado



PARABÉNS, PRESIDENTE!

A Diretoria da CONTRICOM, em nome de seu Conselho de Representantes e de seus filiados, parabeniza o presidente **FRANCISCO CHAGAS COSTA - MAZINHO**, pela transcorrer de seu natalício na data de hoje, ao mesmo tempo em que expressa seus votos de muita paz, saúde e felicidades. Na oportunidade, agradece ao presidente pelos seus relevantes serviços prestados à nossa CONTRICOM, o que está sendo demonstrado ainda no dia de hoje quando, em seu aniversário, encontra-se em Belém do Pará acompanhando as eleições da nossa Federação naquele Estado.

Brasília, 24 de novembro de 2016

A DIRETORIA

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa, hoje (24), em Belém (PA) do processo eleitoral da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário dos Estados do Pará e do Amapá, ocasião em que proferirá

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)